

PORTARIA nº 1.373/2015

CELSO BENEDITO DA SILVA, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a situação macro econômica nacional está afetando diretamente o bojo arrecadatário municipal, extremamente dependente dos repasses dos entes federados, em especial o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS e o Fundo de Participação dos Municípios - FPM,

Considerando que nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, não permite contingenciamentos às dotações orçamentárias, constantes das rubricas pessoal e encargos sociais, bem como juros e encargos da dívida, amortização da dívida, somente é permitido contingenciamentos às dotações orçamentárias constantes de outras despesas,

Considerando as medidas de contingenciamento e de contenção de despesas orçamentárias, adotadas, respectivamente, pelos Governos Federal e Estadual,

Considerando que nos últimos 06 anos a atual gestão, não atualizou a planta genérica e nem majorou a alíquota do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, o principal tributo municipal,

Considerando a necessidade de manter os fundamentos para honrar os compromissos de pagamentos de precatórios, inscritos na Lei Orçamentária de 2015, e as respectivas obrigações nos pagamentos de dívidas contraídas por gestões anteriores, tais como: INSS, PASEP e Agência de Fomento, bem como, as contrapartidas em diversos convênios firmados com o Governo Federal, com obras em execução, e à iniciar, e

Considerando, finalmente, a obrigatoriedade no fiel cumprimento da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como a preservação na manutenção das obrigações constitucionais

RESOLVE

Art. 1º - Fica vedada, a partir de 01/02/2015, a prorrogação da jornada normal de trabalho aos funcionários públicos municipais desta Prefeitura Municipal, e o consequente pagamento de horas extras, com exceção os previstos nas atividades consideradas essenciais e indispensáveis ao serviço público municipal, tais como: Divisões de Receita e Contabilidade, emergências, na defesa civil, coleta de lixo, limpeza pública, serviços de cemitério e rodoviária e, excepcionalmente, aos servidores da saúde e educação (motoristas diversos) e/ou com a expressa autorização do Prefeito Municipal.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes,
Estado do Paraná, 26 de janeiro de 2015.

Celso Benedito da Silva
Prefeito Municipal